

**ATA N.º 05/XII/2021**

**Reunião Ordinária Pública de 24/02/2021**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e um, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, pelas quinze horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Vice-Presidente Daniel Vaz Figueiredo e com a presença dos Srs. Vereadores Luís Fernando Marta Ribeiro Chula, Carlos Edgar Rodrigues Albino, Vivina Maria Semedo Nunes, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça, Miguel Francisco Amêdo Canudo, Filomena Maria da Silva Magalhães Ventura e Luís Fernando Vaz do Nascimento.

De notar a ausência do Sr. Presidente da Câmara, por motivos de saúde, tendo sido considerada justificada a falta.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Vice-Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. CONTRATO-PROGRAMA 2021 COM INSTITUIÇÕES SOCIAIS DO CONCELHO ..... 20
2. ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA BAIXA DA BANHEIRA – TRANSVERSAIS À RUA VILLE PLAISIR  
RUAS: DO TRABALHADOR; POETA BOCAGE; ALEXANDRE HERCULANO E LUÍS DE CAMÕES ..... 24

Foi seguidamente dado início ao Período de Intervenção do Público.

## PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Victor Cabral – Relativamente ao COVID e à vacinação, felicitou a Câmara pela instalação do Centro de Vacinação no centro da Moita, nomeadamente no Pavilhão Municipal de Exposições, parecendo-lhe que a breve prazo, existindo vacinas, seria insuficiente, dado que a maioria da população pertencia à Baixa da Banheira, e como tal, certamente teriam de ser implementados outros Centros de Vacinação. Acrescentou que a questão principal que pretendia abordar, estava relacionada com o critério de vacinação que estava a ser implementado naquela fase, se por faixa etária, por freguesia, por sexo, se era aleatório, acrescentando, que dentro da faixa etária com idade superior a 80 anos, considerou conveniente que aquela informação fosse disponibilizada à população.

Quanto à disponibilidade de transporte por parte da Câmara Municipal, ou das Juntas de Freguesia, para quem necessitasse de transporte e que não residisse no centro da Moita, questionou a sua existência, uma vez que tinha procurado informação sobre a questão e não tinha encontrado.

Considerou que deveria existir mais informação relativamente à questão da vacinação, principalmente porque entre os idosos estava a começar a notar-se muita ansiedade no que concernia à data em que seriam chamados e se já o teriam sido ou se teriam recebido a mensagem ou não. Consequentemente, na sua opinião, deveria haver informação, por parte da Câmara, relacionada com os Serviços do ACES, sobre o número de vacinas administradas, e a que segmentos da população tinha sido, no que se referia ao concelho da Moita, para que, pelo menos no concelho, existisse alguma esperança nas pessoas que se encontravam à espera, agarradas ao telefone. Informou que no próprio dia, em conversa com uma senhora, aquela tinha-lhe dito que passava o tempo junto ao telefone, à espera que lhe ligassem, acrescentando, que aquela situação se tornava, a seu ver, doentia, solicitando, por isso, mais informação.

Sr. Alfredo da Costa – Informou estar presente na reunião de Câmara em curso, com curiosidade, verificando que os munícipes da Moita falavam muito nas redes sociais, não o fazendo nos locais próprios para tal, ou nem sequer estando presentes.

Referiu não ter qualquer questão para abordar, apenas fez aquele reparo às pessoas que falavam, sendo que, na maioria falavam mal de tudo e de todos e do que era feito.

Sr.<sup>a</sup> Rosa Marques – Disse que o assunto que pretendia abordar era semelhante ao referido pelo Sr. Victor Cabral, acrescentando que, como era do conhecimento de todos, a vacinação de pessoas com mais de 80 anos ou com mais de 50 mas com doenças associadas, era um fator fundamental para conter a pandemia do COVID-19, reduzindo o contágio, e aumentando a segurança, sendo fundamental que aquela fase da vacinação decorresse da forma mais eficaz possível, e que todas as pessoas tivessem acesso à sua vacina. Existindo conhecimento das dificuldades em matéria de transporte público, para o qual seria absolutamente essencial dar uma resposta concreta, ninguém podendo ficar para trás naquele objetivo coletivo, ninguém podendo ficar limitado ou impedido no seu acesso à vacina. Era fundamental que as pessoas com limitações de mobilidade, assim como toda a população sénior do concelho e doentes de risco tivessem uma resposta clara.

Questionou o que estava a ser efetuado para mitigar aquela situação, se existia algum planeamento e alguma implementação de medidas por parte da Câmara, se fazia parte daquele planeamento assegurar o transporte de todas as pessoas até ao Centro de Vacinação, como por exemplo a criação de uma parceria com o ACES do Arco Ribeirinho e Juntas de Freguesia, para assegurar que todas as pessoas pudessem aceder de forma cómoda e segura ao local de vacinação, disponibilizando toda a informação e comunicação necessária, para os cidadãos em questão.

Considerou que todos tinham consciência que existia a necessidade de criar condições para que todos os cidadãos tivessem meios de transporte para o Centro de Vacinação, no Pavilhão Municipal de Exposições.

Na sua visão, numa altura tão caricata da vida, o importante seria mobilizar todos os recursos, unir todas as forças e gerar a energia necessária, para que nenhum cidadão ficasse para trás. A vacinação de pessoas com mais de 80 anos, ou com mais de 50 anos, mas com doenças associadas, era um fator fundamental para conter a pandemia de COVID-19, reduzindo o contágio, e aumentando a sua segurança, portanto, era fundamental que aquela fase da vacinação decorresse da forma mais eficaz possível e que todas as pessoas tivessem acesso à sua vacina, a saúde de todos e o futuro de cada um dependia daquela questão.

Por considerar que, no fundo, todos acabavam por estar na linha da frente, os que tinham de sair de casa, os que estavam em casa, realizou um agradecimento a todos os funcionários, sem exceção, da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, pelo seu trabalho naquela situação pandémica, tão difícil para todos, e uma mensagem de reconhecimento pela qualidade e motivação com que tinham estado na linha da frente da prevenção do vírus COVID-19, esperando poder continuar a contar com pessoas motivadas e corajosas, que eram todos aqueles funcionários.

Não sendo a vida só COVID, naquele momento a sua maior preocupação era com aquela questão, aproveitando para desejar as melhoras ao Sr. Presidente da Câmara, bem como às restantes pessoas que estavam com COVID.

Sr. Vice-Presidente – Aclarando uma questão mais genérica, informou que a responsabilidade da iniciativa do Centro de Vacinação era do Ministério da Saúde, com o qual estavam a trabalhar em parceria, tendo sido solicitado ao Município um conjunto de apoios, o que estavam a efetuar, e que por outra via seria complicado efetuar todo o Plano de Vacinação a nível nacional, como tal, era da responsabilidade do Ministério da Saúde. Ainda assim, a Câmara disponibilizou um conjunto de apoios, em concreto e para além de outros, do Centro de Vacinação, bem como uma informação que publicitou na sua página, também nas Redes Sociais, que abordava exatamente a questão, que era a do critério utilizado com os municípios, que passou a ler: “Os municípios vão ser vacinados, nesta fase, idosos com mais de 80 anos e maiores de 50 anos, com patologias graves. São convocados antecipadamente pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo”, acrescentando que, na mesma informação era abordada a questão da disponibilização do transporte e como era tratada a questão. Naturalmente, não era a Câmara Municipal que contactava as pessoas, ou seja, não coordenava aquela ação, eram os próprios Serviços de Saúde, que questionavam a cada pessoa com quem falavam se tinha disponibilidade de transporte para se deslocar ao Centro de Vacinação. Se a pessoa tivesse disponibilidade, o Centro de Saúde não dava a indicação, se não tivesse disponibilidade, toda e qualquer pessoa que assim o informasse, a Câmara assegurava o transporte a todas as pessoas que manifestassem não ter disponibilidade para se deslocar.

Agradeceu a presença ao Sr. Alfredo da Costa, acrescentando que partilhavam inteiramente o que tinha referido, agradecendo, ainda, o apelo efetuado e a sua intervenção na reunião de Câmara.

Acrescentou que, certamente, também todos partilhariam da saudação aos funcionários das Juntas e das Câmaras, que têm estado com um espírito de missão dentro desta causa.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Referiu que, na sua opinião, era sempre positivo, numa reunião pública de Câmara, estarem presentes municípios, porque quando ninguém ia ficavam um pouco desconfortáveis. Como tinha referido um município, que interveio e na sua opinião muito bem, era aquele o local onde todos deviam apresentar as suas questões, sendo dali que muitas vezes também levavam respostas, ou quando aquelas não eram possíveis dar no momento, no mínimo, existia a indicação de alguma abordagem das questões que eram apresentadas, como tal, reforçou estar de acordo com o município que foi à reunião manifestar-se favoravelmente àquele momento, que era um momento de participação, a democracia tinha muitos defeitos, mas possuía processos que permitiam a participação direta nos assuntos, considerando a questão positiva, e como tal, não se deveriam desperdiçar aqueles momentos.

Quanto à questão das vacinas, concordou com a necessidade de existir mais informação, para que a população estivesse mais informada, considerando que o município Sr. Victor Cabral, tinha e muito bem,

levantado a questão, reforçando pessoalmente e dirigindo-se ao Sr. Presidente em exercício, referiu que a informação deveria ser também partilhada entre os Vereadores, porque por vezes sentiam que não estavam muito bem informados. Deu como exemplo a questão de, no dia 19 de fevereiro, ter sido a data do início da vacinação, e não ter visto, no local, o Vereador com o Pelouro da Proteção Civil Municipal, tendo posteriormente questionado o referido Vereador sobre onde se encontrava no dia da abertura, parecendo-lhe que ninguém estaria informado da situação, e assim sendo, que a informação era necessária a vários níveis, deixando o apelo, pois considerou que, naquele executivo, apesar da existência de uma pluralidade de forças políticas, tinham que estar unidos naquele momento, momento de conjugar esforços para estarem ao serviço da população. Tendo visualizado no *site* da Câmara Municipal, apenas fotografias de alguns Vereadores, sendo raro, por exemplo verem a sua fotografia passar no *site* da Câmara, porque considerando não ser fotogénico, nem estar a reivindicar o que quer que fosse, mas na sua opinião, deveriam estar mais unidos em determinados momentos, sendo aquele um desses momentos; se existia uma informação que a Direção Geral de Saúde forneceu à Câmara, todos os Vereadores da Câmara deveriam ter conhecimento, e por vezes não sabiam, questionando uns e outros, apelando para que de futuro, até podendo realizar reuniões muito rápidas, nem que fosse à distância, para informação de todos. Referiu que o que o município Victor Cabral abordou, tendo também no próprio dia sido abordado por municípios que pretendiam saber quando seriam vacinados, o que refletia que as pessoas ainda não estavam a perceber bem o funcionamento da questão, até porque segundo tinha conhecimento, as pessoas não estavam a ser chamadas por freguesias, podendo vir de qualquer uma das freguesias, sabendo, por exemplo, que no dia seguinte, iriam pessoas de Alhos Vedros, mas eventualmente, naquele próprio dia, tinham vindo pessoas de outros locais, portanto, na sua opinião, existia um certo ordenamento por escalão etário, e que nos próprios Centros de Saúde tinham dado algumas informações aos municípios no sentido de os tranquilizar e posteriormente, todos seriam contactados através dos contactos atualizados existentes nos Centros de Saúde.

Sr. Vereador Luís Chula – Disse ir fazer a sua intervenção no âmbito do período que era concedido a cada força partidária representada na Câmara Municipal, no sentido de referir e responder ao que os municípios colocaram no período que lhes estava atribuído. Assim sendo, informou o Sr. Victor Cabral que não diria muito mais do que aquilo que o Sr. Presidente em exercício já tinha referido, reservando-se para o período Anterior à Ordem do Dia, onde era usual resumir o trabalho do Serviço da Proteção Civil e onde também comentaria algumas afirmações do Sr. Vereador Joaquim Raminhos.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Victor Cabral, considerou que estaria praticamente respondida, sendo na verdade uma competência do Centro de Saúde, do ACES, a convocatória dos idosos e dos menos idosos, com problemas de saúde graves a irem ao Centro de Vacinação.

Quanto aos transportes também já tinha sido respondido.

Saudou a intervenção do Sr. Costa, sendo naturalmente desejável a presença de muitos municípios nas reuniões de Câmara públicas, existindo algum condicionamento naquele momento, pelo facto de estarem em período de confinamento, considerando que seriam quatro ou cinco municípios que poderiam assistir, com inscrição prévia, mas à parte daquela questão, o facto de serem transmitidas *on-line*, via internet, era uma forma de chegarem a um maior número de municípios, limitando no entanto a sua participação porque não tinham forma de expor as questões que pretendiam ver esclarecidas.

Quanto às questões abordadas pela Sr.<sup>a</sup> Paula Marques, considerou que vinham um pouco em complemento, ou que se sobrepunham às questões referidas pelo Sr. Victor Cabral, saudando a intervenção de ambos, no sentido dos pormenores que trouxeram e que, embora existissem situações cuja resposta teria de ser dada pelos Centros de Saúde, existia a componente do Município que estava, conforme fora referido, disponível para ajudar naquilo que fosse possível.

Por fim, em nome do Partido Socialista, no âmbito do período de intervenção do público, informou que já não tinha mais nada a acrescentar.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Disse querer falar sobre as duas questões abordadas pelos munícipes, uma vez que apesar de ter havido três intervenções, duas delas tinham versado sobre a mesma questão.

O que era público, dentro do Plano de Vacinação, era que a fase em que se encontravam era dirigida a pessoas com mais de 80 anos, ou para pessoas com mais de 55 anos, com doenças, não existindo, onde quer que fosse, um escalonamento das mesmas, o que não era uma questão da Câmara, era uma questão que deveria ser colocada à Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde ou ao Sr. Vice-Almirante, que na atualidade se encontrava a liderar o processo de vacinação. A questão abordada que tinha todo o cabimento, tinha toda a razão de ser e que o levava a pensar em como seria, considerando-a interessantíssima, saudando ambos por a terem abordado, embora aquela não fosse para a Câmara Municipal, que fornecia o espaço, não sendo a entidade que chamava as pessoas para serem vacinadas, tratando daquela questão os Centros de Saúde, ou seja, o ACES Ribeirinho, que naturalmente receberia ordens do Ministério da Saúde, ou da equipa responsável pela vacinação. Solidarizou-se com os munícipes na questão referida, embora não lhes podendo dar a resposta.

Relativamente à outra intervenção, sobre a participação das pessoas em locais errados, constatou que de facto, as pessoas na atualidade usavam muito o *Facebook*, bem como todas as redes sociais de uma forma geral para protestar, e por vezes, ao invés de colocarem a questão nos sítios certos, entendendo que em reuniões de Câmara se percebesse que as pessoas tivessem receio de participar, mas ainda via situações que considerou mais estranhas, como por exemplo, se alguém estivesse a cometer alguma ilegalidade, um crime, em vez de chamarem a GNR, tiravam uma fotografia e colocavam no *Facebook*, o que considerou surrealismo, constatando que o mundo, na atualidade, estava assim, dando como exemplos, uma pessoa via um cavalo abandonado ou em dificuldades, não chamava a GNR, tirava uma fotografia e colocava no *Facebook*; viam um ajuntamento de pessoas à volta de um café que por qualquer motivo estava a vender bebidas ou café ao postigo, ao invés de chamarem a GNR, tiravam uma fotografia e colocavam no *Facebook*; considerando que na sua opinião o mundo estava ao contrário, e portanto, não quis deixar de se solidarizar com a opinião que, em reunião, considerou muito bem abordada.

Acrescentou que, na sua opinião, as redes sociais eram uma ferramenta importantíssima na atualidade, quando não se podiam efetuar reuniões presenciais, para comunicarem, para trocarem opiniões, mas em primeira instância tinham que dar a conhecer a quem de direito, se fosse uma questão legal, à GNR ou à PSP, dependendo dos locais, se era uma questão camarária, por exemplo falta de água, ao invés de colocarem no *Facebook* que estavam com falta de água, antes deveriam ligar para a Câmara e informar que estavam com um problema de falta de água, o que considerou mais uma questão de cidadania do que colocar no *Facebook*.

Solidarizou-se com qualquer das duas questões abordadas, embora não sabendo responder, porque tinha a mesma opinião.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Sobre a questão dos transportes, disse que desde o primeiro momento que a Câmara se encontrava a apoiar, com a articulação que passou a explicar: cada Centro de Saúde (Baixa da Banheira, Vale da Amoreira, Alhos Vedros e Moita) contactava com as pessoas a vacinar, e no momento em que as contactavam, a última questão que colocavam era se a pessoa necessitava de transporte, ao que era respondido sim ou não. Aquela era a articulação que estava a ser realizada com o Centro de Saúde, e se por algum motivo não funcionasse naqueles moldes, já tendo abordado a questão com a técnica da Proteção Civil que estava a acompanhar o processo, naquela fase, para que verificasse junto do Centro de Saúde como é que estava a funcionar, uma vez que era daquela forma que estavam articulados os transportes. Também tinha achado estranho que, apenas, uma pessoa do Vale da Amoreira tivesse necessitado de transporte porque, possivelmente, haveria mais pessoas, mas eventualmente os familiares teriam acompanhado, existindo outras que optavam por vir de táxi.

Sendo esta a mecânica que estava montada para o transporte de todas as pessoas que dele necessitassem, sendo possível que tivessem de melhorar alguma situação e sendo, também, possível

que a informação tivesse de ser melhorada, mas tinha sido iniciado há dois ou três dias, portanto, havia que acompanhar e melhorar.

Reservou-se para falar no período seguinte de outras questões relacionadas com o Centro de Vacinação, mas relativamente aos transportes, era rigorosamente assim: a existência de dois autocarros disponíveis, e realizavam-se alguns transportes em carros ligeiros, em situações em que tinham de transportar uma ou duas pessoas e não valia a pena circular o autocarro, no entanto, existia sempre a garantia, por parte da Câmara Municipal ao Centro de Saúde e ao Delegado de Saúde, de transportarem às pessoas. Se era necessário melhorar, certamente que o fariam.

Não havendo mais intervenções, passou-se de seguida ao Período Anterior à Ordem do Dia.

#### PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O Senhor Vice-Presidente apresentou para conhecimento:

- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria.

De seguida o Sr. Vice-Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir no Período Anterior à Ordem do Dia.

Sr. Vereador Luís Chula – Fez um resumo da atividade do Serviço Municipal de Proteção Civil e do Serviço no seu todo, a nível municipal, mostrando-se satisfeito pelo facto de, relativamente ao número de casos de COVID, o concelho da Moita ter descido para o nível de risco muito elevado, abandonando o nível de risco extremamente elevado, o que significava na realidade que tinham menos casos do que em períodos anteriores, sendo o número fornecido pela Direção Geral de Saúde, referindo-se a um período de 14 dias, que no caso era entre o dia 3 e o dia 18 de fevereiro. No que concernia aos números que tinha acesso através da informação diária do Sr. Delegado de Saúde, localmente, até ao dia anterior, o mês de fevereiro contava com oitocentos e quarenta e sete casos, acrescentando que no período homólogo em janeiro, nos 23 dias de janeiro, eram mil trezentos e sessenta casos, que contudo naquele período estava a acontecer um agravamento, porque no final do mês de janeiro, no dia 31, tinham dois mil cento e oitenta novos casos. Felizmente o número de casos estava a abrandar e nos últimos dias tinha sido um motivo de satisfação por haver muito menos casos do que aqueles que tinham vindo a ser manifestados anteriormente, o que na sua opinião significava que os munícipes e os portugueses, no geral, porque aquela tendência era nacional, não era exclusiva do concelho da Moita, tinham estado a respeitar as medidas que lhes foram solicitadas, medidas de segurança individual, e que aquelas medidas, que passavam também pelo confinamento, que era talvez a mais pesada, tinham estado a surtir efeito, saudando por isso todos os munícipes e também os portugueses, por estarem a colaborar para que a pandemia já estivesse numa curva descendente, em termos gráficos.

Quanto à vacinação e referindo-se apenas às questões objetivas, informou que a vacinação tinha-se iniciado, como já havia sido referido, na sexta-feira, à tarde, da semana anterior, estando a ser vacinadas, também como já tinha sido referido, as pessoas com mais de 80 anos, e com mais de 55 com doenças graves, estando a ser aplicadas dois tipos de vacinas, a da Pfizer e a da AstraZeneca,



sendo que a última estava a ser aplicada às pessoas com menos de 80 anos. O critério de chamada era o da Direção Geral de Saúde, dos Centros de Saúde, existindo pessoas vacinadas em todas as freguesias. O número de vacinas que tinha sido aplicado, por exemplo, no dia anterior tinha sido de 170, antes desse dia tinha sido 165 ou 161, dependendo um pouco do ritmo e da distinção entre as marcas das vacinas, ou seja, se a vacina aplicada era da *Pfizer* ou da *AstraZeneca*, porque eram efetuadas em dois circuitos distintos.

Associou-se ao que já tinha sido referido, saudando o contributo de todos os trabalhadores dos diversos serviços do Município, incluindo os do Serviço da Proteção Civil Municipal, naturalmente, acrescentando que tinha sido com o esforço dos vários Serviços e de um grande número de trabalhadores que conseguiram criar o espaço onde se realizava a vacinação como um espaço agradável e funcional; na sua opinião, a Câmara Municipal, no seu todo, soube responder àquele desígnio nacional, em que todos não eram demais, considerando que era uma tarefa de todos em que ninguém deveria ficar para trás, tendo que “remar todos”, repetindo o que também já tinha sido dito na reunião, para o mesmo local, e preferencialmente sem protagonismos.

Agradeceu aos Serviços de Saúde, aos técnicos de saúde, que na sua opinião se encontravam exaustos, e por vezes ouvia-se questionar o porquê de não se darem mais vacinas, dependendo do número de vacinas que eram fornecidas, e a resposta era que o número de técnicos era finito, não dava para esticar, porque tinham que realizar a vacinação no Pavilhão Municipal de Exposições, tinham que se deslocar aos Lares para efetuar a vacinação, informando que na sexta-feira seguinte se realizaria, novamente, vacinação nos Lares, e que os enfermeiros eram aqueles que existiam, considerando por aquele motivo que nunca era demais agradecer, para além dos trabalhadores do Município, também aos trabalhadores da Saúde.

Respondendo à questão que o Sr. Vereador Joaquim Raminhos abordara, na sua primeira intervenção, e que tinha gerado alguma polémica e maus entendimentos, informou que, enquanto Vereador responsável pelo Pelouro da Proteção Civil Municipal, sabia que a vacinação se iria iniciar no sexta-feira anterior, à tarde, sabendo-o porque quem estivera a coordenar aquele trabalho era a Coordenadora do Serviço de Proteção Civil Municipal que, naturalmente, o tinha reportado ao seu Vereador, acrescentando que, o que o Vereador do Serviço de Proteção Civil Municipal não sabia, era que iria haver uma visita da Câmara Municipal ao Centro de Vacinação, de que o próprio também fazia parte, tal como os restantes Vereadores presentes na reunião a decorrer, e que aquela mesma visita serviria, através de informação fotográfica, para apresentar publicamente o Serviço que o Município começara a prestar, naquele dia, aos seus municípios. Naquela questão, secundou o que o Sr. Vereador Joaquim Raminhos referira, porque a Câmara era um Órgão com nove eleitos, em que um era o Presidente e os restantes eram Vereadores, a que se denominava Câmara Municipal, ou seja, naquele momento, estavam presentes numa reunião da Câmara Municipal, que era constituída por todos os eleitos presentes, incluindo o próprio, motivo pelo qual, quando se realizava algum ato que deveria ser em representação da Câmara Municipal, deveriam estar incluídos todos aqueles que a representavam.

No entanto, a experiência e a prática que tinham vindo a sentir, e que tinha sido um “tudo ou nada” diferente no início do mandato, em que os outros Vereadores começaram a ter alguma imagem, nos meios de comunicação da Câmara, mas que se esfumara, acabara, portanto, se a visita era dos Srs. Vereadores da CDU, que tinham todo o direito de visitar o que melhor entendessem, era uma visita dos Vereadores da CDU, não sendo posteriormente utilizados os meios de comunicação para efetuarem o anúncio de que a Câmara Municipal, ou seja, todos os eleitos, montaram aquele Centro de Vacinação, ou seja, tinham todo o direito. No seu caso, da parte da tarde, sabia que se iria iniciar a vacinação e esteve presente, mas não levou consigo um fotógrafo, tendo acompanhado todo o trabalho da Coordenadora do Serviço da Proteção Civil Municipal, tendo acompanhado o trabalho da Saúde através dos contactos com o Sr. Delegado de Saúde.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Sem pretender abordar a questão das fotografias, referiu que o Sr. Vereador Luís Chula, na sua opinião, estava a tentar virar um pouco aquilo que era de valorizar, sendo a sua intervenção no sentido de valorizar o trabalho de equipa que foi efetuado, um trabalho de equipa

que juntou, desde a parte operacional na montagem de toda a estrutura, e para ser mais exato, até se tinha iniciado anteriormente, numa reunião prévia, que contou com as presenças dos Srs. Dr. Miguel Lemos e Delegado de Saúde, onde foi efetuada a proposta pelo Sr. Delegado de Saúde e pelo ACES do Arco Ribeirinho daquilo que se pretendia, assumindo-o a Câmara, com um trabalho de equipa, que na sua opinião funcionou de uma forma extremamente positiva, desde a parte operacional, às pessoas que tinham à sua responsabilidade o próprio equipamento do Pavilhão de Exposições, desde a parte do Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho, da parte do Serviço da Proteção Civil Municipal, acompanhando todos a questão, num trabalho de equipa excelente, que considerou que deveria ser valorizado.

Acrescentou que tudo o que tinha sido realizado, tinha sido em equipa, ou seja, tudo tinha sido discutido com as pessoas que estavam no terreno e com os trabalhadores, não tendo estado no local nenhum Vereador a discutir, sendo os trabalhadores quer do Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho, quer do Serviço da Proteção Civil Municipal, quer da parte operacional do Departamento de Obras e Serviços Urbanos, reforçando, mais uma vez, que aquela era a questão a ser valorizada, um excelente trabalho em prol daquilo que se estava a realizar, nomeadamente, a vacinação da população, que se iniciou, estava a decorrer bem, teria o seu momento de aceleração, sendo aquela valorização o importante, na sua opinião. Considerou que a Câmara Municipal estava de parabéns, pelo trabalho realizado e saudou todos os trabalhadores envolvidos pelo seu empenho, informando que, naquele próprio dia, a Divisão de Trânsito tinha intervindo numa situação de estacionamento, pois tinha sido chamada, uma vez que não existia um corredor de saída junto da porta de entrada, a intervenção foi efetuada, acompanhada, abriram o portão da parte lateral para estacionamento, falaram com os Serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, e é desta forma que se desenvolve o trabalho, considerando que seria desta forma que deveria continuar.

Deu conhecimento que da parte das trabalhadoras do Refeitório, existia um esforço complementar, para fornecer aos técnicos de saúde a refeição, questão que valorizou, uma vez que os técnicos de saúde se encontravam a vacinar os munícipes, e a Câmara Municipal está a fornecer as refeições, através do seu Refeitório e do Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho, que tem a responsabilidade daquela questão, repetindo que estavam todos de parabéns.

Sr. Vereador Carlos Albino – Relativamente às matérias relacionadas com a pandemia, nomeadamente ao número de casos, mostrou-se satisfeito com o facto de os números estarem a baixar, fruto do confinamento, desejando que a Moita, a exemplo dos outros concelhos à volta, continuasse a descer e que as pessoas pudessem aprender algo com aquelas situações, no sentido de quando voltassem a desconfinar continuassem a adotar todos comportamentos seguros para que os números não voltassem a subir, até que, quer pela vacina ou por outros motivos, já fosse possível voltar a viver a vida, com toda a normalidade, mas até que assim fosse, seria importante continuar a tomar todas as medidas de precaução.

Já tendo sido levantadas algumas questões relativamente ao funcionamento da Câmara Municipal, que suscitavam aos eleitos do PS as maiores dúvidas no que concernia à forma como decorria, mas longe de discutir as fotografias, quem nelas aparecia ou não, embora tivesse relevância e demonstrasse uma certa forma de estar, na sua opinião, aquela forma de estar verificava-se em tudo.

Recordou que o PS, ao longo do tempo, tinha vindo a apresentar um conjunto de propostas que não tinham sido agendadas, recordando que tinham apresentado as mesmas, cumprindo os prazos legais para que pudessem integrar a Ordem do Dia, algo que uma vez mais, com o envio dos documentos da reunião em curso, considerou não suceder; o PS tinha o cuidado de cumprir os prazos, mas a convocatória e os documentos apresentados naquela reunião voltaram a não cumprir os prazos legais, no seu entendimento, considerando que tinha havido uma evolução positiva desde a reunião do dia 23 de dezembro de 2020, onde efetuara aquela referência, e aproveitando para saudar os trabalhadores da Câmara que tinham trabalhado por vezes ao sábado e outras vezes ao domingo, para lhes enviarem as propostas, para que aquelas pudessem cumprir os prazos, porque os *emails* rececionados em que constavam as Ordens do Dia, foram-lhes enviados, numa ocasião ao sábado e noutra ao domingo e



portanto voltou a saudar os trabalhadores que trabalharam ao fim-de-semana, para que fosse possível cumprir prazos; sendo, no entanto, certo que voltaram naquela ocasião, na sua opinião, a não serem cumpridos novamente os prazos, desconhecendo o motivo daquela nova inversão. Não pretendendo no entanto focar-se naquele aspeto, aludiu ao facto de os Vereadores do PS estarem disponíveis, como sempre, para discutirem as propostas, embora elas não entrassem dentro dos prazos, clarificando que bastaria que um Vereador não aceitasse realizar aquela discussão, para que posteriormente pudesse solicitar junto dos órgãos competentes as nulidades das deliberações tomadas em reunião de Câmara, reafirmando que, estavam disponíveis para realizar aquele debate, esperando que a CDU, a quem cabia efetuar o agendamento das propostas, que os demais Vereadores apresentavam, tivesse disponibilidade também para discutir as outras, questionando qual o motivo pelo qual as propostas apresentadas pelo PS não estavam a ser agendadas, sendo que, uma das mais antigas tinha a data de 21 de novembro de 2019, nomeadamente o Plano Municipal de Prevenção Rodoviária, existindo ainda uma outra da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Filomena Ventura, relativa a uma intervenção realizada numa rua da freguesia da Moita. Acrescentou que aquelas situações deveriam ser urgentemente tratadas, porque no próprio dia tinha rececionado um *email* da Sr.<sup>a</sup> Patrícia Lopes, considerando que a intervenção dos munícipes era importante ser realizada naquele espaço da Câmara, existindo no entanto, outras formas de chegar até aos eleitos, fosse através de marcação de reuniões, entre a realização das reuniões de Câmara, por carta ou por *email*, não sendo necessário, embora considerasse importante e ressaltasse que era importante que as pessoas estivessem presentes nas reuniões de Câmara públicas, tivessem oportunidade de assistir às reuniões presencialmente, contudo, a participação das pessoas não se esgotava na participação presencial, e como tal, a Sr.<sup>a</sup> Patrícia Lopes tinha enviado um *email* direcionado a todos os eleitos, relativo à Rua de São Sebastião, situação que considerou que poderia já estar a ser encaminhada, no sentido de encontrar soluções, se por exemplo o Plano Municipal de Prevenção Rodoviária já estivesse a ser desenvolvido. Podendo referir o Plano Municipal de Prevenção Rodoviária, poderia também mencionar a implementação do Regulamento Municipal sobre Apascentamento de Animais e sua Permanência e Trânsito em Espaço Público, no concelho da Moita, proposta que também consideraram que era necessária que fosse submetida a reunião de Câmara, e ser alvo de discussão e de deliberação. Aditou que outro tema que considerou urgente ser tratado em reunião de Câmara e que tantos municípios vizinhos apresentara umas e outras medidas de apoio às famílias, acrescentando que tinham apresentado uma proposta para redução do tarifário dos Serviços de abastecimento de água, de saneamento, de águas residuais e de gestão dos resíduos sólidos do Município, proposta que apresentaram no dia 17 de fevereiro de 2020 e entregaram, bem como a aplicação do suplemento de penosidade e de insalubridade aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistentes operacionais. Referiu que, ao longo do tempo, tinham vindo a apresentar todo um conjunto de propostas, para além de um conjunto de recomendações, frisando as que mencionou e questionando por que motivo as quatro propostas a que tinha feito alusão, para além da proposta que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Filomena Ventura também tinha apresentado, passado todo aquele tempo e cumprindo todos os prazos, não tinham sido agendadas.

Na sequência da consulta que efetuara ao Decreto-lei n.º 75, de 2013, no seu artigo 57.º, informou que aquele referia, no que concernia à questão das atas, e na situação em concreto que pretendia abordar, que foram aprovadas na reunião do dia 23 de dezembro de 2020 e que até à data não estavam disponíveis no *site* da Câmara para consulta; uma vez que aprovaram um conjunto de atas de uma forma salteada, não foram aprovadas seguidas, e as críticas relativamente à forma como foram escolhidas as atas para serem submetidas à aprovação da Câmara Municipal, onde constava aquilo que diziam, com as opiniões que manifestavam sobre as propostas, já foram referidas, não sendo aquele o debate que pretendia realizar, pretendendo debater o facto de nem as atas que foram aprovadas na reunião de Câmara mencionada anteriormente, estarem disponíveis no *site* da Câmara para consulta; que tendo sido aprovadas em dezembro de 2020 e encontrando-se no final do mês de fevereiro de 2021, considerou ter existido tempo mais do que suficiente para colocar as atas à disposição dos munícipes que as pretendessem consultar. Sobre o assunto, relembrou que o Sr. Presidente havia referido, e na sua opinião bem, que naquela mesma reunião, "...mas não se pense

que não há aqui atas, existem atas e minutas de atas...”, acrescentando que os Vereadores não as aprovaram, assinaram-nas no fim, em como concordaram com elas, tacitamente. Tendo consultado no Decreto-lei n.º 75, de 2013, o que significava tacitamente não encontrando, e perante a situação, referiu conhecer uma forma de trabalhar, que era a da Assembleia Municipal, sendo exatamente o artigo que regia o funcionamento da Assembleia Municipal sobre aquela matéria das atas, o mesmo que regia o da Câmara Municipal; informando que no final da reunião da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente, juntamente com a Sr.ª Secretária assinavam as atas em minuta, após as terem colocado a aprovação, pelos demais membros do Órgão, sendo o que estava previsto no ponto 3, do Artigo 57.º, da Lei 75/2013, e nesse sentido, questionou o Sr. Presidente em exercício, em virtude da ausência do Sr. Presidente, por uma questão que todos lamentavam, por que motivo não era efetuado da mesma forma, porque é que no Órgão Câmara Municipal, não era conduzido da mesma forma. Deixou ainda a nota que, tendo tomado conhecimento daquela situação, só estaria disponível para trabalhar com base no que estava disposto na Lei que referira.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Após desejar uma rápida recuperação ao Sr. Presidente disse que relativamente ao COVID o Sr. Vereador Luís Chula lhes tinha trazido a boa notícia de que o concelho da Moita tinha passado do nível de risco muito elevado para o nível de risco elevado, considerando que caminhavam para alguma estabilização, apesar de ninguém dever desarmar, porque poderia ser uma armadilha e passado algum tempo, existir agravamento.

Clarificou que, na sua intervenção anterior, quando tinha referido a questão do Centro de Vacinação, tinha sido apenas um pormenor, mas que tinha sentido necessidade de abordar o assunto em reunião de Câmara, acrescentando que, normalmente, não utilizava aquele tipo de situações, para comentar nas redes sociais, procedendo sempre da mesma forma, ou seja, era em reunião de Câmara, no local certo, que referia as questões com que se sentia desconfortável, ou aquelas com as quais ficava satisfeito, sentindo algum desconforto na situação que referira, partilhou-a em reunião, no entanto, acrescentou que sem dúvida, tinha a felicitar toda a montagem do Centro de Vacinação, testemunhando que na sexta-feira já tivera um familiar que fora vacinado no local, considerando que o Serviço estava impecável, muito organizado, onde as pessoas que chegavam não tinham de esperar quase tempo nenhum, e que tinha sido realizado muito trabalho naquele local. A propósito referiu que a munícipe Sr.ª Paula Marques tinha saudado os trabalhadores do Município, e considerando que existira muito trabalho naquele local, e que aquela saudação era muito apropriada a todos os trabalhadores do Município, dando como exemplo, que no seu caso, em que é responsável pelo Balcão do Município, não se cansando de referir que aquele era uma espécie de janela aberta do Município para os munícipes, que abria diariamente, mesmo no Estado de Emergência, quando as pessoas não podiam sair, existira sempre um Balcão aberto no concelho da Moita, acrescentando que os trabalhadores do Município, mesmo na área do saneamento, dos cemitérios, entre outros, estiveram sempre a trabalhar e, portanto, deram o seu melhor em momentos tão difíceis.

Na sua opinião, não duvidava que com a fase da vacinação, em que lhe ocorreu outro tema, nomeadamente, os testes tema já abordado em reuniões de Câmara anteriores, onde por vezes consideraram que se deveriam realizar testes em alguns momentos, porque o teste não era um processo curativo, servindo mais para tranquilizar as pessoas. Naquele momento, considerou que a estratégia nacional era aumentar o número de testes, tendo visionado no dia anterior na televisão, que estavam praticamente a realizar testes porta a porta em certas localidades, mais no interior, em aldeias, onde se deslocavam carrinhas à porta das residências e realizaram testes aos moradores, acrescentando, que não sabia como se estava a passar no concelho da Moita, sendo mais um tema que ficariam a aguardar informação, sobre se estava previsto algum plano de testes, considerando que tal deveria ser coordenado, certamente, pela Direção Geral de Saúde, mas a existir um plano de testes, como é que seria aplicado, questionando a Sr.ª Vereadora Vivina Nunes, relativamente às escolas do concelho da Moita, setor que tinha avançado muito na política de testes e em que nos últimos dias, o pessoal não docente tinha todo realizado o teste, bem como o pessoal docente, não sabendo qual o ponto de situação no concelho da Moita, se estava tudo coberto. Considerou que seria adequado

abordar a questão dos testes porque, por exemplo, nos Balcões, onde as pessoas diariamente atendiam outras pessoas, nunca o tinham realizado e, por vezes, os funcionários questionavam-no se nem pelo menos um teste realizariam, para saberem se estavam bem, queixando-se, por exemplo, de que naquele dia lhe tinha doído a cabeça, considerando que deveriam verificar como minimizar a questão, sendo bom saberem como estaria o plano de testes, por ser uma questão de tranquilidade para as pessoas e aliás de controlo de correntes de transmissão, como referido por especialistas.

Aludiu, novamente, a um tema que já havia sido discutido em reunião de Câmara, mas que tornou a abordar porque muitos munícipes continuavam a conversar consigo, e que era a pavimentação das ruas porque como se sabe, no inverno, as ruas ainda ficam em pior estado, com as chuvas, sendo natural, uma vez que existiam pavimentos que já se encontravam muito degradados e como era sabido o Município já tinha aprovado um plano de pavimentação para algumas ruas, sendo as restantes “remendadas” com um produto que ia tapando alguns buracos, mas como alguns munícipes não estavam informados, que correspondia à repavimentação das ruas, gerando-se alguma confusão, e inclusivamente o material que era aplicado para tapar alguns buracos, na sua opinião, era efetuado com alguma pressa, não ficando muito bem, ao que as pessoas diziam: “Se tinha sido aquilo que tinham ido ao local efetuar”. Considerou que, por vezes, as pessoas tinham razão, não deveria ser efetuado daquela forma, solicitando informação para fornecer aos munícipes, uma vez que existiam queixas, que do seu ponto de vista, tinham razão de ser, porque relativamente à intervenção rápida, que por vezes era realizada nas ruas, havia que informar que não era a pavimentação que esperavam, mas uma intervenção rápida, para que não se degradasse mais ainda. Questionou o Sr. Vereador Miguel Canudo, se teria alguma informação mais concreta sobre aquela situação, que era geral, por todo o concelho.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Voltando a falar na questão do Centro de Vacinação, pretendeu colocar todos à vontade, pois era do conhecimento geral que os Serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico (DDE) funcionavam naquele pavilhão, o Pavilhão Municipal de Exposições, e era do conhecimento de todos que, praticamente todos os dias, passava no local porque tinha funcionários da sua Divisão, que trabalhavam lá. Não tendo muito a abordar sobre a questão de aparecer ou não em fotografias, considerando algo que não o preocupava, mas assinalando que, simbolicamente, estava um pouco de acordo com o Sr. Vereador Luís Chula, de que existiam certos momentos em que todos os Vereadores deveriam ser convidados. Recordou que tiveram, numa reunião anterior, uma pequena polémica, aquando das comemorações do 25 de Abril, na janela, porque tinham chegado à conclusão que nove pessoas na varanda do edifício sede dos Paços do Concelho, provavelmente ficariam demasiado próximas, tendo-se optado por serem sete e mesmo assim, os dois eleitos da Câmara Municipal que ficaram de fora, ficaram um pouco ofendidos com a questão de não irem à varanda do Edifício cantar o 25 de Abril, portanto, percebia que algumas situações melindravam, como tal, juntou a sua voz à voz do Sr. Vereador Luís Chula, solicitando que existisse um pouco mais de cuidado, nomeadamente na questão de melindrar pessoas, acrescentando que, por si, estava sempre à vontade, nunca se melindrava com nada, mas considerou que as pessoas tinham o direito de se melindrarem, reparando pela conversa, quer do Sr. Vereador Joaquim Raminhos, quer do Sr. Vereador Luís Chula, que ficaram um pouco melindrados com a questão. Acrescentou, ainda, que também não estava presente no momento em que foram tiradas as fotografias, apesar de passar no local diariamente e que não fora a pessoa que tirara a fotografia, compreendendo a posição e, como tal, apelando para que não se desse azo àquele género de questões, para não melindrar pessoas.

Voltando à questão das pessoas que efetuavam muitos posts nas redes sociais ao invés de abordarem as questões no seu local correto, deu como exemplo que no final da semana anterior tinha saído um artigo num jornal, da autoria do Sr. Vereador Carlos Albino, onde focava um problema no Mercado do Gaio-Rosário, informando que responderia como se fosse a um munícipe que se dirigisse ao local para abordar a questão, uma vez que o Sr. Vereador Carlos Albino tinha abordado a questão como um munícipe porque naquelas questões respondia sempre como as pessoas se colocavam na vida, sendo, a seu ver, a questão muito simples, havia que perceber que tinham vários mercados no concelho da Moita, uns grandes, outros pequenos, nomeadamente o mercado do Gaio-Rosário, tal como o mercado

de Sarilhos Pequenos, serviam uma população, qualquer um deles de quinhentas casas, ou menos, no caso de Sarilhos Pequenos, e naturalmente eram mercados muito pequenos, que tinham cada um deles dois vendedores, um de peixe e um de hortifruticultura (hortaliças e frutas), informando que uma câmara de frio e de congelado, e de produção de gelo picado para o peixe era um equipamento caríssimo, quer a sua construção, quer a sua manutenção, não sendo possível, e quem pretendesse prometer aquela questão, tinha de perceber que estava a prometer o impossível, e que prometia um erro, pois tudo seria possível realizar-se, mas seria um erro, porque se se gastava dinheiro em algo, não existia dinheiro para outras. Sendo possível construir uma câmara frigorífica em cada um dos referidos mercados, com produção de gelo, com congelamento, era um erro em termos económicos, e portanto, alguém dizer que um mercado com dois vendedores não tinha uma câmara frigorífica, e o facto de não a ter constituía um grande crime, era, na sua opinião, um disparate, acrescentando, com toda a frontalidade, que não tinha câmara frigorífica, nem iria ter. Ainda no mesmo artigo, o Sr. Vereador Carlos Albino sugeriu uma outra solução, que seria a pessoa utilizar as câmaras frigoríficas do mercado da Moita, o que era verdade, tinha sido uma solução em tempos, mas durante o mandato em curso, um dos mercados que mais tinha dinamizado tinha sido o mercado da Moita, inclusivamente com o apoio dos outros sete Vereadores presentes naquela sala, porque naquele dia não estava presente o Sr. Presidente, mas também o tendo apoiado o Sr. Presidente, não o tendo efetuado sozinho, tendo-o realizado com o apoio dos restantes oito Vereadores.

Dirigindo-se ao Sr. Vereador Carlos Albino informou estar a responder a uma pergunta efetuada por aquele, e que se não pretendesse ouvir a resposta, posteriormente voltaria a questionar sobre o mesmo assunto, acrescentando que a dinamização do mercado municipal da Moita trouxera mais vendedores ao mercado, e que a partir do momento em que o mercado da Moita tivera mais vendedores, a câmara frigorífica ficara mais cheia. O que se fez, por considerar que as pessoas que vendiam no mercado tinham o direito de guardar as suas sobras para venderem no dia seguinte, dentro de uma câmara frigorífica, permitiu-se à pessoa a utilização da câmara frigorífica no mercado da Baixa da Banheira, podendo alegar-se que era longe, e de facto era, mas a pessoa também não residia no Gaio, deslocando-se de carro, apanhando os seus produtos antes. Se o questionassem se era a solução ideal, pensava que não, o ideal, o sonho, seria todos os mercados possuírem uma câmara frigorífica, mas tal, economicamente não era viável, sendo necessário que as pessoas entendessem que se gastava dinheiro em determinadas questões, não o teriam para gastar noutras, e um mercado com dois pontos de venda não carecia, na sua opinião, de uma câmara frigorífica; se fossem todos multimilionários cada casa teria uma câmara frigorífica oferecida, mas aquele não era o mundo real, o mundo era feito de opções e portanto, com todo o à vontade respondeu à questão, naquele período, como se fosse uma pergunta de um município, considerando legítimo efetuar a pergunta, podendo não ser legítimo efetuar a promessa de que consigo seria diferente e que faria uma câmara frigorífica em cada local, mas era legítimo questionar o motivo pelo qual não existia uma câmara frigorífica no mercado de Sarilhos Pequenos ou no mercado do Gaio-Rosário, ao que respondeu com toda a frontalidade, que sempre o caracterizou, que não existia porque sendo só dois vendedores, um de peixe e um de hortifruticultura, o custo de manutenção, nem sequer se referindo ao custo de construção, de uma unidade de frio industrial, como as que existiam nos mercados, não era compatível com o grau de utilização, sendo meramente aquela a questão.

Quem pretendesse prometer, que consigo seria diferente e existiria uma arca frigorífica em cada local, tinha de saber que era um erro económico, ou então, poderia somente estar a prometer, apenas para ganhar uns votos, considerando que as eleições ainda estavam muito distantes e que as pessoas é que sabiam, sendo para si indiferente.

Sobre as propostas que eram ou não submetidas nas reuniões de Câmara, sabendo que existiam propostas que não tinham cabimento entrarem, até do ponto de vista legal, tendo-lhe sucedido há pouco tempo, numa reunião de Câmara, realizar umas alterações a uma proposta e o Sr. Vereador Pedro Aniceto ter-lhe chamado à atenção de que, uma das alterações que estava a propor, podia ser ilegal, nomeadamente a questão da isenção do pagamento das esplanadas, quando referiu que podia incluir outra isenção relativamente a uma renda, e o Sr. Vereador Pedro Aniceto chamou-o à atenção,

para o facto de eventualmente não poderem incluir aquela questão, por ser ilegal, ao que respondera que o Sr. Vereador poderia ter razão, não sendo algo para o qual se tivesse preparado muito bem, uma vez que estavam a efetuar a alteração à proposta que fora trazida à reunião de Câmara, ao que respondera que se algum tivera aquela opinião, o melhor seria retirarem no momento, sendo todos testemunhas de que tinha colocado o Sr. Vereador Pedro Aniceto completamente à vontade, retirando de imediato a frase, sobre a qual recaiam algumas dúvidas e não ficou, nem se discutindo a questão. No entanto, considerou que determinados assuntos deveriam ser discutidos, quanto mais não fosse para perceber alguns pensamentos. Sobre as propostas do Partido Socialista, referiu recordar-se sempre da proposta que o Partido Socialista tinha apresentado e que desde aquele momento, na sua opinião, tinham ficado muito ofendidos consigo por ter votado contra, uma vez que a considerou inadmissível, e como tal votou contra; estando a referir-se à proposta de se colocarem casas de banho, junto ao rio, na Avenida Marginal da Moita, que foi submetida à reunião, que votou contra, terminando por ser chumbada, considerando, uma vez mais, que o Partido Socialista não mais o havia perdoado, acrescentando que até àquele dia era o “maior amigo” e que a partir daquele dia tinha passado a ser o “maior inimigo”, para mais, porque na opinião dos Srs. Vereadores, tinham sido induzidos um pouco em erro, sendo a primeira pessoa que tinha afirmado que, um dos motivos que o faziam nunca apoiar a CDU no concelho da Moita, tinha sido, a ideia peregrina, na sua opinião, de construir parques de estacionamento junto ao rio, porque considerava que aquela era a zona mais nobre que existia, e construir parques de estacionamento, naquele local, causava-lhe muita confusão. Aitou que tinha falado sobre o assunto com o Partido Socialista, por ser a sua opinião, dentro daquilo que entendia de urbanismo. De seguida, o Partido Socialista surgiu com uma proposta, para aquele local, que não sendo um Parque de estacionamento, eram urinóis, ao que respondera que: “Pior que parques de estacionamento só mesmo urinóis na zona mais nobre do concelho!”. No seguimento, considerou ser importante discutirem aquelas ideias, ainda que posteriormente fossem retiradas, ou colocadas para outro momento, mais tarde, porque, na sua opinião, tinham de perceber o que é que cada um dos outros sete ou oito, das pessoas que se reuniam à volta daquela mesa de reuniões pensava, porque considerava, ser da sua opinião, que seria daquele perceber o que os outros pensavam e caminhar um pouco na direção do outro e força-lo a caminhar um pouco na sua direção, encontrarem pontos de entendimento, que fazia com que tudo funcionasse, ou seja, tinha visualizado nas redes sociais e ouvido há pouco o Sr. Vereador Carlos Albino na sua intervenção, afirmar que tinham um Regulamento de Apascentamento dos Animais, o que lhe levantou uma dúvida, porque se existia um Regulamento Municipal era porque pretendiam contrariar algo da Lei Geral, questionando se pretendiam contrariar para mais ou para menos, ou seja, era um passo mais na direção de proibir a existência de cavalos no concelho, era um passo menos na direção de permitir a existência de mais cavalos no concelho, ou seja, qual a ideia subjacente e, como tal, pessoalmente, gostaria muito de ter acesso ao documento, não pretendendo que considerassem que estaria de acordo com o documento, mas que considerava importante ter-lhe acesso, para poder ir conversando, tentando puxar mais para que eventualmente vissem melhor a sua posição, podendo também ver melhor a posição dos autores do documento. Uma vez mais referiu que todos tinham opiniões distintas, sendo aquele o funcionamento do mundo, considerando-o normal como social democrata, sendo outros marxistas, outros trotskistas, outros socialistas, sendo estranho que não tivessem opiniões distintas. No entanto, considerou que tinham de conseguir ir caminhando e encontrando pontos de entendimento, e se não conseguia conhecer as propostas que vinham do Partido Socialista, nem sequer sabia qual era o pensamento, não conseguia dar os passos que referira e forçá-los a dar também os passos para o seu lado, sendo naquele entendimento que considerava que, independentemente das propostas poderem sequer ser votadas ou não, deveria ser dado conhecimento delas.

Sr. Vereador Luís Chula – Dirigindo-se ao Sr. Vereador Luís Nascimento, considerou que o mesmo tinha tido uma vasta intervenção, efetuando considerandos relativamente às propostas do Partido Socialista, não lhe ouvindo referir, uma única vez, que não estava a ser praticada a democracia na Câmara Municipal da Moita, por não aceitação das propostas de outros Partidos, sendo o que gostaria de ter



ouvido da parte do Sr. Vereador Luís Nascimento, repetindo o que dissera anteriormente, que a verdade era, que todos tinham sido eleitos, todos tinham propostas a apresentar à Câmara e o Partido Socialista tinha realizado várias, não sendo a maioria agendadas para serem discutidas; naturalmente, como seria do conhecimento do Sr. Vereador Luís Nascimento, todas as propostas que eram agendadas chegavam ao conhecimento de todos os Srs. Vereadores, se, por outro lado, não eram agendadas, não lhe parecia que houvesse lugar a que o Sr. Presidente, ao recebê-las, não as agendasse e no entanto, as desse a conhecer aos restantes Srs. Vereadores, no entanto, no momento em que fossem agendadas, todos teriam conhecimento das questões, decorrendo daí, que o problema, na sua ótica, era uma questão de participação política, por parte de todos os Partidos que tinham assento na Câmara Municipal da Moita, sendo que todos eles tinham direito a apresentar propostas para serem discutidas, votadas e se o entendimento da maioria, fosse que não deveriam ser aprovadas, seriam rejeitadas, uma vez que estavam em democracia, e aceitariam a situação, sendo a questão que se colocava, exclusivamente aquela.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Respondeu que, naturalmente, quando referira que deveria ser dado conhecimento, pretendia referir que deveria ser agendado, o que não era impedimento para que, posteriormente, em reunião de Câmara, fosse retirado, tendo sido o que tinha afirmado, tal como sucedeu aquando do momento em que referira a frase a que já tinha aludido anteriormente e de que se deveriam lembrar perfeitamente, na proposta a que se referira. Tinha sido o que tinha afirmado, referindo que, na sua opinião, o Sr. Vereador Luís Chula é que não o tinha entendido.

Sr.<sup>a</sup> Vereadora Filomena Ventura – Agradeceu aos munícipes que naquela reunião pública, se tinham deslocado àquele local para cumprirem o seu direito de cidadania, bem como aos trabalhadores da Câmara, referindo que já o tinha dito várias vezes e não só nas reuniões de Câmara públicas, mas sempre que se cruzava com aqueles trabalhadores e obviamente aos camaradas Vereadores, palavra que tinha um grande peso, de significado positivo, incluindo o Sr. Vice-Presidente em exercício. Deixou um desejo de convalescença e de obviamente de melhoras ao Sr. Presidente, alargando aquele desejo a todos os munícipes que se encontravam em casa, também a recuperar de um vírus que lhes alterou e continuaria a alterar completamente a vida.

Alertou, por ter sido abordada (apesar de cumprir o dever de confinamento que a todos os regia, para além de se encontrar numa situação de trabalho de aulas à distância, e nunca em teletrabalho, uma vez que o suporte informático de telemóvel era seu, mas já tratara da questão), por uma munícipe informando que existiam na Rua de São Sebastião tampas de esgoto que estariam soltas, ou com alguma facilidade de saírem, acrescentando que, sabendo que tinham passado uma fase de algum vandalismo relativamente às tampas de esgoto, de situações não muito legais, deixara o alerta.

Questionou se tinham, enquanto Câmara Municipal, todos, e obviamente a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes, enquanto responsável pelo setor da educação, feedback sobre algumas recomendações de médicos, em que os alunos dos agrupamentos do concelho da Moita, teriam de efetuar ensino presencial? Abordando a questão porque tinha sido contactada por uma munícipe, uma vez que a situação tinha sido muito discutida televisivamente e também nas redes sociais, do isolamento, sobretudo dos mais pequenos, e nessa situação referindo-se a alunos do pré-escolar, 1º e 2º ano de escolaridade, em que o seu isolamento poderia e estaria, como já havia sucedido no primeiro confinamento, a necessitar de um convívio que fosse para além do núcleo familiar, questionando se tinha algum feedback, uma vez que existiam escolas que estavam não só de prevenção para os filhos dos trabalhadores que se encontravam na linha da frente, mas também para os alunos que tinham alguma dificuldade no âmbito do ensino à distância.

Tendo visto e tido conhecimento pessoalmente do Boletim de Recursos Humanos que era distribuído, entregue ou enviado eletronicamente aos trabalhadores, juntamente com o recibo de vencimento, e nele constava o que resultava da aprovação do Orçamento de Estado, que era o subsídio de insalubridade, sabendo, também que, porque tinha lido a Lei, para além de ser uma aspiração antiga, (encontrando-se a recorrer aos seus anos de sindicato, embora já tivessem quase passado cinco anos)



recordando-se que a Lei referia que tinham de ser ouvidos os trabalhadores, bem como a equipa de Higiene e Segurança no Trabalho, sabendo que os trabalhadores do Município, em especial, os que eram sócios do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (Stal), que tinham um contrato coletivo de trabalho, questionando, relativamente ao subsídio de insalubridade, com clareza, em que pé é que se encontrava a audição dos trabalhadores, que seria certamente através da audição da Comissão Sindical, se a equipa de Higiene e Segurança no Trabalho já se pronunciara sobre quais eram as prioridades dos trabalhadores do Município que estavam “elegíveis” para aquele subsídio, que eram, no fundo, todos aqueles que homenagearam no último dia do Município e não só, aqueles que permitiram que estivessem em casa; se era necessário alterar o contrato coletivo de trabalho ou não, e por fim, quando pensavam efetivar aquele subsídio e se já tinham alguma ideia, juntamente com a equipa de Orçamento, quando é que iam implementar aos trabalhadores.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Respondendo à questão abordada pelo Sr. Vereador Joaquim Raminhos, informou que o concurso estava fechado, tinha sido, como era do conhecimento de todos, efetuado em dois lotes, sendo duas empresas distintas que ganharam os lotes, encontrando-se o processo, naquele momento, no Tribunal de Contas, aguardando o respetivo Visto, para iniciarem, o mais rapidamente possível a pavimentação, dentro do que fora a proposta submetida a reunião de Câmara e que todos tinham aprovado. Informou ainda que algumas ruas iam sendo intervencionadas, não com um produto qualquer, mas com um betuminoso, denominado massas frias ou massas quentes, dependendo do que fosse a opinião técnica do momento, estando aqueles “remendos” a ser efetuados, pois de facto a chuva tinha degradado, ainda mais, alguns pisos já com alguma degradação.

No que concernia às tampas de esgotos, era uma situação que acompanhavam permanentemente, encontrando-se a questão daquela que se encontrava na Rua de São Sebastião devidamente sinalizada e seria efetuada a sua substituição.

Relativamente ao fim-de-semana anterior, não tendo sido a questão abordada, informou que após quase trinta horas de chuva permanente, não existira nenhum caso de inundações, de casas invadidas por água, no concelho da Moita, ou pelo menos a Proteção Civil não o tinha referenciado, nem árvores caídas, o que significava, na sua ótica, que mesmo com todos os defeitos existentes, o Serviço tinha funcionado, os esgotos e as águas pluviais não tinham entupido, tendo corrido muito bem no concelho da Moita.

Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes – Informou os dois munícipes que tinham abordado a questão da vacinação, sobre a existência de um site do Serviço Nacional de Saúde, onde se podia consultar quando se podia ser vacinado, referindo a prioridade, se na primeira fase, se na segunda ou na terceira, dando como exemplo a sua situação, em que a resposta recebida fora, aproximadamente abril, não fornecendo a data precisa.

Relativamente às questões na área da educação, o Sr. Vereador Joaquim Raminhos tinha questionado sobre a testagem ao COVID nas escolas, ao que respondeu que como era sabido, a questão era tratada pelo Ministério da Educação, juntamente com a Saúde e o apoio da Cruz Vermelha Portuguesa, existindo a informação oficial, por parte do CDOS, que informara o Serviço de Proteção Civil, que lhe enviou a informação de que, nos dias 22 de fevereiro, 2 e 10 de março estariam a ser testados profissionais e alunos, eventualmente os que estariam presencialmente nas aulas, na escola Secundária da Moita. Entretanto, também tinha recebido a informação, informal, que noutros agrupamentos estavam a ser testados profissionais, tendo a primeira informação, também informal, por parte dos agrupamentos, de que estariam a ser escalonados todos os profissionais que estavam nas escolas de referência. Oficialmente, da parte da DREL, ou da DGEST, não tinha existido nenhuma informação, excetuando aquela que o Sr. Vereador Luís Chula lhe tinha feito chegar, através do Gabinete, reenviando o que chegara do CDOS.

Às questões abordadas pela Sr.<sup>a</sup> Vereadora Filomena Ventura, relacionadas com o assunto de as crianças e situações médicas, não tinha conhecimento, não havido chegado nada à Câmara e da parte dos agrupamentos, tendo-se realizado uma reunião com os diretores de agrupamento na semana

anterior, também não fora abordado. Sabia, e a informação existente, era que nas escolas de referência, estavam a ser recebidas as crianças dos trabalhadores essenciais, bem como as crianças que tinham alguma dificuldade em manter o ensino à distância, desde que fosse fundamentada, também se encontrando em ensino presencial algumas crianças com necessidades educativas específicas e crianças com acompanhamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, sendo naquele momento, as presenças nas escolas.

Efetivamente, na última semana e eventualmente na semana em curso, tinham vindo a lume notícias de que existiam vários profissionais de saúde e de educação, com algumas preocupações no que concernia às crianças mais pequenas, existindo algumas conversas, em conferências de imprensa, de alguns elementos do Governo que existia alguma possibilidade que as crianças mais novas voltarem mais cedo do que as restantes, mas não existia nenhuma referência em relação à questão.

Sr. Vice-Presidente – Começando pelo assunto das atas, a que o Sr. Presidente já havia feito referência na última reunião em que esteve presente, reconhecendo o atraso e que era um problema, considerando que o Sr. Presidente tinha chegado a informar que tinha falado com os Serviços, mas poderia verificar também a questão, nomeadamente também a divulgação das atas aprovadas.

Sobre as atas em minuta que foi referido serem aprovadas tacitamente, tal não tinha nenhum sentido, eram objetivas e o necessário e suficiente, onde constavam as presenças e os conteúdos, ou seja, as propostas concretas e o que era aprovado ou não, assim sendo, o comentário efetuado não tinha sentido.

No que concernia às propostas que eram aceites ou não eram aceites, questão abordada em diversos momentos pelo Sr. Presidente, o que considerou quase incompreensível, foi que chegassem a dizer que a CDU era antidemocrática, questão, para si, inqualificável.

Tendo a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Filomena Ventura efetuado um conjunto de perguntas sobre o suplemento de pensão e insalubridade, questionou ao Partido Socialista se considerava que tinha competência para efetuar aquela proposta na reunião de Câmara.

Sr.<sup>a</sup> Vereadora Filomena Ventura – Dirigindo-se ao Sr. Vice-Presidente referiu até o compreender, por uma questão de solidariedade humana e por uma questão de combate político no âmbito da urbanidade, mas, informou que voltaria a repetir toda a questão que havia abordado, se não se importasse, para obter efetivamente a resposta.

Começou por informar que tinha lido com atenção o Boletim dos Recursos Humanos, que era distribuído aos trabalhadores do Município, aquando da entrega do recibo do ordenado, sendo naquele Boletim que tinha visualizado a questão do subsídio ou do suplemento, como referido pelo Sr. Vice-Presidente, porque não tendo competências, tinha de gerir a sua responsabilidade, de quem tinha votado em si, e na organização e no projeto que apresentaram à população em 2017, com a sua profissão, que não tinha sido agradável nos últimos tempos, mas conseguia efetuar aquela gestão, por uma questão de responsabilidade para com os munícipes. Voltando à questão que havia abordado, que considerou clara que nem água, informou ter procurado na legislação e ter-se apercebido que relativamente àquele subsídio, tinham de ser ouvidos os trabalhadores e a equipa de Higiene e Segurança no Trabalho para ser implementado. O que questionou, diretamente, foi se já tinham ouvido a equipa de Higiene e Segurança no Trabalho; quais foram os trabalhadores que foram elegíveis para terem aquele suplemento; se já tinham ouvido os trabalhadores no âmbito da Comissão Sindical e se era necessária uma alteração ao Acordo Coletivo de Trabalho que existia para os trabalhadores do Município, especialmente para os trabalhadores sindicalizados no STAL. Ainda relativamente ao suplemento/subsídio, questionou quando é que pensavam implementá-lo.

Acrescentou que compreendia tudo, inclusivamente o combate político, mas acrescentou, que na sua opinião já era tempo de, entre os nove, com a ausência do Sr. Presidente, perceberem que era uma mulher muito prática e que considerava, acima de tudo, a dignidade do ser humano, pertencesse ele a que organização partidária pertencesse, o seu assento naquele Órgão resultava de uma democracia, e em democracia, porque alguém votara no projeto que tinha apresentado, para que o pudesse

representar, o que não a impedia de se preocupar com os trabalhadores ou com os munícipes, tanto como os restantes Vereadores, portanto, gostaria de obter respostas para as questões expostas.

Sr. Vice-Presidente – Respondeu que, eventualmente, por não se ter expressado bem, tinha a certeza daquilo que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Filomena Ventura pensava e também não tinha dúvidas sobre tal. A questão fora que não respondera ao que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora tinha questionado e também tinha efetuado uma pergunta objetiva, não sendo com o sentido que lhe tinha atribuído. A questão que abordara e na sequência do que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora tinha referido, fora, se o PS que apresentara uma Proposta, sobre aquela matéria, considerava que tinha competência para apresentar a proposta naquele Órgão, sendo a questão concreta que abordara, sem responder às questões mencionadas pela Sr.<sup>a</sup> Vereadora Filomena Ventura, não tendo afirmado que não lhe responderia, não se tendo referido ao que fora questionado, em concreto, e nem sequer punha em dúvida o seu sentido democrático naquele Órgão, afirmando no início da sua intervenção e chamando à atenção para o facto de também terem colocado em causa, várias vezes, o sentido democrático da CDU, mas, repetindo a pergunta que já havia efetuado, questionou novamente se, o PS que tinha elaborado a proposta, porque consideravam que não a incluíam na Ordem do Dia, porque eram antidemocráticos, questionando concretamente, se a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Filomena Ventura, considerava que tinha competência para apresentar a proposta naquele Órgão.

Sr.<sup>a</sup> Vereadora Filomena Ventura – Dirigindo-se novamente ao Sr. Vice-Presidente, questionou se a pergunta que aquele lhe efetuara, era se o PS considerava que tinha direito a apresentar propostas?

Sr. Vice-Presidente – Revidou que não tinha sido aquela a questão que havia abordado, sendo a questão, se o Partido Socialista considerava que tinha competência para apresentar aquela proposta de suplemento de pensidade e de insalubridade?

Sr.<sup>a</sup> Vereadora Filomena Ventura – Respondeu que tinha tanta competência, como qualquer um dos Vereadores eleitos democraticamente, pela população, e que tinham um sentido de responsabilidade, resultante da sua eleição.

Disse, ainda, que aquilo que o Sr. Vice-Presidente lhe pretendia perguntar, compreendendo o objetivo que estava oculto na questão, e que clarificava, era que se considerava, enquanto elemento de uma organização, o Partido Socialista, se tinha competência para apresentar a proposta, uma vez que alguns elementos da sua organização, no âmbito da Assembleia da República, não votaram favoravelmente, sendo aquela efetivamente a questão que o Sr. Vice-Presidente estava a abordar. Não entendia, porque se a questão que lhe fora colocada, era se tinham competência para apresentar uma proposta, a resposta seria que tinham.

Sr. Vice-Presidente – Apelou à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Filomena Ventura, que, tivessem calma, porque pretendiam que existisse na reunião de Câmara alguma serenidade, passando de seguida a palavra ao Sr. Vereador Luís Chula.

Sr. Vereador Luís Chula – Afirmou que a competência que o Partido Socialista tinha, na Câmara Municipal da Moita, para apresentar propostas, assentava nos votos que receberam da população, sendo apenas aquela a questão, e a competência que tinham, referindo palavras do Sr. Vice-Presidente, à questão colocada: “Se tinham competência?”, respondeu que tinham, porque foram eleitos, oito mil e setecentos votos, segundo lugar em termos de eleições, motivo pelo qual tinham representação de três Vereadores, reafirmou que tinham competência. Acrescentou que, se o Sr. Vice-Presidente não tinha utilizado as palavras certas, lamentava.

Sr. Vice-Presidente – Relativamente às propostas, e sobre aquela em concreto, o que constava no Orçamento de Estado, que era um Orçamento de Estado do PS, um Orçamento de Estado aprovado,

para 2021, que tinha um Artigo 24.º - Suplemento de Penosidade e Risco, que referia o seguinte: “Em cumprimento do disposto no presente artigo, nas autarquias locais compete ao órgão executivo, sob proposta financeiramente sustentada do presidente da câmara, ... ou do dirigente máximo do serviço, quando aplicável, definir quais as funções que preenchem os requisitos de penosidade e insalubridade, ouvidos os representantes dos trabalhadores e com parecer fundamentado do serviço de segurança, higiene e saúde no trabalho.”, constando como fazer, ou seja: “Para efeitos do número anterior, anualmente, o empregador público deve identificar e justificar no mapa de pessoal os postos de trabalho cuja caracterização implica o exercício de funções naquelas condições.”, sendo aquele o motivo da questão que tinha efetuado, nomeadamente, qual era o sentido da proposta apresentada pelo PS, que considerou não ser nenhum.

Aditou que tinham referido a luta imensa que os trabalhadores tinham desenvolvido, de quase 30 anos, afirmação com a qual concordou, acrescentando que o PCP também lutara, bem como a CGTP, e que naquele Orçamento de Estado, por terem um Governo minoritário, tinham aprovado uma “partezinha”, mas o que constava do Artigo 24.º, do Orçamento de Estado de 2021, revelava que o PS não podia apresentar aquela proposta, e como tal, solicitou que não lhes chamassem de antidemocráticos, porque não podiam efetuar aquela proposta em específico.

Afirmou que já sendo a terceira ou quarta reunião em que se abordava a questão do Plano Rodoviário, lhe custava falar novamente do mesmo assunto, mas, no entanto, voltariam a abordá-lo. Tinha sido falado com o Sr. Presidente que aquele seria apresentado na altura da elaboração do Orçamento, e não tinha sido apresentado num ano, nem no outro, apresentando depois. Solicitou que não dissessem que era mentira, que tivessem cuidado, pois não tinham apresentado quando o deveriam fazer e, portanto, consideravam que era normal, após apresentado o Orçamento, apresentar um Plano Rodoviário que envolvia recursos humanos e financeiros, o que, na sua opinião revelava um sentido democrático muito afinado, muito adequado, muito em conformidade com a democracia.

Sobre a questão do que tinha sido referido relativamente ao Apascentamento dos Animais e etc., voltando ao início, tinham referido que o PCP não queria discutir assuntos, o que na sua opinião não fazia sentido nenhum, já tendo o Sr. Presidente referido a questão várias vezes, devendo discutir o que tinham de discutir em reunião, ou fora dela, reunindo quando pretendessem para abordar as questões que lhes aprofundasse, reforçando que o Sr. Presidente o havia referido várias vezes, estando na sua opinião, a falar-se era sobre outra questão.

Voltando um pouco atrás e, sobre o assunto do suplemento de insalubridade, naturalmente já estavam a trabalhar nele e estava a ser encaminhado, a ser preparado nos Serviços, não tendo ainda sido ouvidos os representantes, respondendo diretamente ao que tinha sido dito, e sem duvidar do sentido democrático da Sr.ª Vereadora Filomena Ventura.

Sobre a proposta do Apascentamento em concreto, informou que a Câmara era uma entidade que devia zelar pelo cumprimento da Lei, no melhor interesse público, não apresentando nenhuma proposta sem fundamentação técnica dos Serviços, nem efetuava *copy/paste* de outras realidades diferentes do concelho da Moita, tendo um sentido de avaliação, sendo a Câmara uma instituição, tendo um órgão, tendo um vereador, tendo os seus Serviços, que eram muitos referidos pelo PS, dizendo que eram muito bons e grandes Serviços e posteriormente faziam o que tinham feito, considerando que, de uma assentada, tinham sido atropelados todos, pela proposta em concreto apresentada pelo PS, começando pelo fim do processo, desrespeitando até o Código de Procedimento Administrativo e referindo que naquela questão seria muito concreto, demonstrando falta de conhecimento e incompetência. Acrescentou ainda, que naquele assunto em concreto, quando na última reunião o Sr. Presidente tinha abordado a questão, uma vez que tinha estado uma munícipe presente, muito preocupada com a sua situação e o Sr. Presidente tomara uma posição em reunião pública e tinha priorizado aquele assunto; decorrente daquela posição, deu orientações aos Serviços; decorrente da orientação aos Serviços tinha marcado uma reunião com o Comando da GNR, que infelizmente não se tinha concretizado, motivado por doença do Sr. Presidente, de que todos tinham conhecimento. Perante aqueles factos, afirmou que o PS tinha um comportamento que dizia que era sempre contra, mas que nas reuniões de Câmara tinha um comportamento oportunista, populista, de falta de respeito por tudo,

pessoal e institucionalmente, o que considerou incomodativo, para mais quando referiam que era a CDU que era antidemocrática.

No que concernia à outra proposta mencionada, informou que estava em avaliação pelos Serviços, considerando muito interessante a existência de propostas de água, após terem aumentado a fatura da água com a TGR e outras taxas, que revertiam para o Estado Central.

Sr. Vereador Carlos Albino – Referiu ter esperado educadamente pela sua vez de intervir, para responder ao Sr. Vereador Luís Nascimento, informando-o que, como era claro, não sucedia o cidadão Carlos Albino escrever para os jornais, quem tinha tomado uma posição e tinha efetuado um artigo de opinião tinha sido o Vereador Carlos Albino, por isso, a forma como o Sr. Vereador Luís Nascimento se tinha dirigido a si, desrespeitando-o e a todos aqueles que o elegeram, só qualificava o Sr. Vereador Luís Nascimento.

Acrescentou que o PS tinha todo o direito de apresentar propostas, os Vereadores, de acordo com o que constava da Lei, convidando o Sr. Vice-Presidente a consultar, tinha todo o direito a apresentá-las, sendo algo que acontecia por todo o País, já tendo sucedido na Moita, apresentarem propostas, e estranhamente após a apresentação de uma proposta do PS ser aprovada, com os votos contra da CDU, coincidentemente, as propostas do PS deixaram de dar entrada naquele Órgão, independentemente de depois considerarem que seria para avançar, não seria, com todas as considerações que tinham sido efetuadas, repetindo que tinha sucedido estranhamente, após a aprovação daquela proposta que nunca tinha sido colocada em prática, acrescentando que quer gostassem, quer não gostassem, nunca tinha sido posta em prática, uma atitude que referiu como sendo muito democrática, de quem exercia o poder naquela Câmara e que considerava que ainda estava com maioria absoluta, porque era daquela forma que fazia uso dos instrumentos que a democracia lhe fornecia.

Referiu que, se o Sr. Vereador tivesse lido a proposta do PS, ou todas, mas nomeadamente a da penosidade, veria que nela não existia nada escrito que impossibilitasse a sua discussão, e aprovação ou não aprovação, mediante os votos que recolhesse na reunião de Câmara do Município da Moita, em curso, acrescentando que ao abrigo do ponto 2, do Artigo 50.º, da Lei 75 de 2013, da mesma forma que o próprio aceitava discutir propostas que tinham sido submetidas a reunião de Câmara, não respeitando os prazos, propunha, naquele Órgão, que fosse realizada uma alteração à Ordem do Dia, visto que as propostas do PS já tinham sido discutidas e faladas em reunião de Câmara, para que fossem introduzidas na Ordem do Dia, e que fossem colocadas à votação. Informou que se fosse consultado o ponto 2, do Artigo 50.º da Lei 75 de 2013, aquela possibilidade estava prevista, as propostas já tinham sido, de certo modo, debatidas, solicitando a alteração da Ordem do Dia, para que as propostas pudessem ser votadas, porque se assim não fosse, existia também dentro daquele quadro legal outras soluções que permitiriam que, de uma forma ou de outra, aquelas ou outras propostas que o Partido Socialista quisesse apresentar nas reuniões de Câmara do Município da Moita pudessem ser discutidas.

Sr. Vice-Presidente – Informou que sobre as questões abordadas não havia mais a dizer, e que passariam para o Período da Ordem do Dia.

Sr. Vereador Carlos Albino – Interveio, dizendo ao Sr. Vice-Presidente que não, uma vez que tinha perguntado se aceitavam a alteração à Ordem do Dia.

Sr. Vice-Presidente – Disse que as respostas já tinham sido dadas.

Sr. Vereador Carlos Albino – Sublinhou que tinha solicitado que fosse proposto e colocado a votação, a alteração à Ordem do Dia, com base no que constava na Lei, estando o Sr. Vice-Presidente a recusar algo que estava previsto na Lei, reafirmando que fizera uma proposta de alteração à Ordem do Dia, com base no ponto 2, do Artigo 50.º da Lei 75 de 2013.

Sr. Vice-Presidente – Disse que o Sr. Vereador Carlos Albino tinha feito referência à Lei, convidando-o a seguir legalmente aquilo que considerava.

Sr. Vereador Luís Nascimento - Solicitou o uso da palavra.

Sr. Vice-Presidente – Recusou, referindo que abordariam a questão em outro momento, não naquele, porque era demais para uma instituição como a Câmara Municipal, que se queria uma instituição de bem e regrada, a pensar nas pessoas. Era uma conversa que não interessava para a democracia, não interessava para o concelho da Moita nem para os problemas dos seus munícipes, era criar problemas; por um lado aludiam a que estavam todos juntos, mas não estavam todos juntos, e aquela situação criava problemas onde aqueles não existiam, era achincalhar e se tinham de conversar, conversariam noutra local.

Sr. Vereador Carlos Albino – Quis deixar claro que o Sr. Vice-Presidente tinha recusado a proposta do PS.

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes.

#### 1. CONTRATO-PROGRAMA 2021 COM INSTITUIÇÕES SOCIAIS DO CONCELHO

“A Câmara Municipal da Moita reconhece a importância do movimento associativo e instituições sociais como um dos principais impulsionadores da participação democrática e da dinamização cultural, desportiva e social, sendo o seu papel insubstituível na valorização social e na formação cívica dos seus associados, assente em valores como o voluntariado, a solidariedade, a igualdade, a cidadania e a democracia. O trabalho de extrema importância levado a cabo pelas associações, frequentemente complementa e substitui a intervenção do Estado.

Com a crescente desresponsabilização do Poder Central em muitas das suas obrigações constitucionais, tem-se vindo a exigir às autarquias um trabalho redobrado num quadro de enormes dificuldades, de ingerências à sua autonomia administrativa e política, com sucessivos estrangulamentos financeiros e humanos.

Neste contexto, a Câmara Municipal da Moita tem assumido um importante papel de apoio ao Movimento Associativo e Popular e Instituições Sociais reconhecendo-os como parceiros privilegiados na estruturação e aperfeiçoamento de um concelho que se pretende justo e equilibrado, cultural e socialmente desenvolvido.

Assim, considerando:

1. As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento.



2. A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o), p) e u), do artigo 33º a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, com vista à execução de obras, à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.
3. A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria.

Propomos de acordo com o artigo 23º, nº 2, alínea e), f), g), h) e m) e artigo 33º, nº 1, alínea o), p) e u) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, a celebração de contrato-programa de desenvolvimento social entre o Município da Moita e as seguintes entidades:

- Centro Social O Bom Samaritano
- Associação Cais de Terapias
- Centro de Convívio de Reformados do Gaio-Rosário
- CERCIMB – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas da Moita e Barreiro
- Centro Paroquial de Ação Social da Moita
- Centro dos Reformados e Idosos da Baixa da Banheira
- Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira
- Centro Social e Paroquial São Lourenço de Alhos Vedros
- Fundação Santa Rafaela Maria
- Grupo de Dadores Benévolos de Sangue da Moita
- NÓS – Associação de Pais e Técnicos para a Integração do Deficiente
- PERSONA, Associação para a Promoção e Saúde Mental
- Raríssimas – Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras
- Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros
- Associação de Solidariedade Cabo-Verdiana dos Amigos da Margem Sul do Tejo
- Associação de Dadores de Sangue da Baixa da Banheira
- Associação de Mulheres com Patologia Mamária
- Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia da Moita
- O Norte – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Zona Norte
- Cooperativa RUMO
- Associação de Leigos Nova Esperança

A comparticipação considerada tem cabimento na rubrica 232.8/03.04.07.01.02.99 – Apoio a Instituições de Solidariedade Social - Transferências correntes/Instituições sem fins lucrativos/outras no valor de 56.000,00€ (cinquenta e seis mil euros) e na rubrica 232.16/03.06.02.03.05.09 – Projetos sociais em parceria no valor de 30.814,00€ (trinta mil, oitocentos e catorze euros) e na rubrica 251.17 / 03.04.07.01.02.99 - Apoios a Associações Culturais e Desportivas no valor de 7.150,00 (sete mil, cento e cinquenta euros).”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão havendo as seguintes intervenções:

Sr. Vereador Luís Nascimento – Afirmando estarem perante vinte e um contratos-programa, vinte e um apoios a vinte e uma instituições diferentes, sendo honesto, referiu terem recebido as propostas na segunda-feira e não ter lido as vinte e uma, considerando não ser humanamente possível, e naturalmente que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora com o Pelouro das questões sociais as conheceria todas, uma a uma, reforçando que não as tinha lido todas, mas porque fazia os seus trabalhos de casa, lera algumas, tendo naquela manhã lido o que se referia ao Centro Social “Bom Samaritano”, e naquele, em que tinha passado a manhã, conversando com o Bispo D. Afonso, com a Dona Ana e conversando com as pessoas, percebendo as suas dificuldades, houve uma questão que o deixara muito preocupado, porque na conversa, tinha tido conhecimento que, no início da semana, tinham recebido um pedido da Câmara para ajudarem pessoas que estavam confinadas, se lhes poderiam efetuar compras na rua, ao que o Bispo D. Afonso acedeu e solicitou a uma pessoa do Centro Social que fosse; a pessoa que foi, descobrira que a família em questão era uma mãe com três filhos, que tinham como rendimentos, no momento atual em que se encontravam fechados em casa, 100 euros por mês, e que não necessitava propriamente de alguém que fosse efetuar as compras, necessitava de alguém que lhe desse as compras, ou seja, não era propriamente dar dinheiro a alguém para lhe efetuar as compras porque não podiam sair de casa, mas sim, que necessitava de comida em casa e não tinha, sendo aquela a diferença. Conversando e vendo as questões, quis trazer aquele exemplo à reunião, porque a situação o tinha deixado muito preocupado; sendo muito usual ouvir a expressão “A crise está às nossas portas”, mas não, a crise já tinha entrado pela casa dentro, e como tal, naturalmente votaria favoravelmente aquela proposta, ainda que não tendo lido os vinte e um contratos-programa. Naquela reunião e naquele momento, fez um apelo à Sr.<sup>a</sup> Vereadora das questões sociais, à Vereadora Vivina Nunes, para, não só apressar aqueles contratos-programa como brevemente poder reforçar, tentarem encontrar forma de reforçarem a questão, considerando que o mais horrível que existia, tendo naturalmente todos os dias pessoas que lhe telefonavam, enviavam mensagens ou *emails* a referir as suas dificuldades, de entre elas, as que o mais sensibilizavam, era quando alguém desejava ajudar mas não podia fazê-lo, porque já não tinha mais forma de ajudar, e portanto, não quis deixar perder aquela ocasião para apelar à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes, que tinha consigo as questões sociais, não só para despachar aqueles apoios, o mais rapidamente possível, como procurarem reforçar algumas questões, porque a crise lhes tinha entrado pela casa dentro, não se encontrava só às portas.

Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes – Disse que o Sr. Vereador tinha falado com a associação “O Bom Samaritano”, podendo ter falado com a associação “Cais de Terapias”, ou com qualquer uma daquelas que neste momento efetuam resposta alimentar.

O Sr. Vereador Luís Nascimento, abordara uma questão que considerou que deveria ser esclarecida, nomeadamente, que a Câmara não pedia às associações para levarem comida, a Câmara, na sua Rede Social, ou seja, no Conselho Local de Ação Social tinha uma rede de parcerias entre todas as instituições que tinham resposta alimentar, que tinham o Banco Alimentar, que tinham o POAPMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas), que era outro programa; aquelas associações, através daqueles programas, levavam comida à casa das pessoas e também muito daquilo que faziam voluntariamente junto dos seus sócios, da população, de recolha de alimentos; portanto a Câmara Municipal não pedia, tinha uma linha de apoio informativo que recebia imediatamente as dificuldades das pessoas e que remetia para a Rede Social, para a rede de respostas alimentares, quem era, no momento, a instituição que tinha mais condições de responder. Quis esclarecer a questão, porque a Câmara Municipal não estava a pedir, estava no fundo a gerir toda aquela rede de trabalho, que estava montada.

Informou ainda que a Câmara Municipal da Moita ajudava o Banco Alimentar, não tendo chegado ainda, naquele momento o subsídio, que deveria vir rapidamente, recordando que no ano anterior tinham dado cinco mil euros, também para ajuda e para além dessa questão, tinha uma renda de um

apartamento, que no fundo era uma garagem no Palheiro, à RUMO, onde eram concentradas todas as respostas alimentares que vinham do Banco Alimentar e a RUMO efetuava aquela gestão, portanto, a Câmara Municipal estava também na linha da frente com as instituições.

Acrescentou que era verdade o que tinha sido referido, que os rendimentos das pessoas estavam cada vez mais baixos, considerando que existiam alguns apoios, mas que ainda não eram suficientes, existindo naquele momento famílias no concelho da Moita a viver abaixo do limiar da pobreza, e os apoios por vezes também tardavam em vir, eram difíceis, ao que se somava o facto de as pessoas terem alguma dificuldade em agilizar aquelas questões, por vezes por desconhecimento, cabendo a todos ter uma palavra de conhecimento.

Naturalmente disponibilizariam imediatamente a verba, a associação “O Bom Samaritano” que fora referida e cujo Bispo Eduardo Afonso teria conversado com o Sr. Vereador Luís Nascimento, era uma das instituições que acompanhavam regularmente, sabendo que realizava um trabalho bastante importante na população. A Câmara Municipal, para além daquelas atribuições, também tinha dado apoio logístico e estavam a acompanhar uma situação, até para melhoria das condições do próprio local, onde se realizava a entrega de alimentos, para aquelas pessoas, tendo consciência, que na realidade, não chegariam a tudo, não seria possível, talvez sendo importante cada um dos próprios ficarem atentos, pois existiam outras medidas que podiam ser tomadas e não podiam ser municipais, tinham de ser mais acima, existindo mecanismos que tinham de ser agilizados, muito vezes até nos apoios, a agilização dos procedimentos era um pouco demorada, mas, naquela situação, informou que naturalmente, no ano anterior, se os presentes estavam recordados, tinham efetuado o reforço àquelas entidades a meio do ano e naquele ano, em Orçamento, com a revisão que seria submetida no dia seguinte à Assembleia Municipal, estariam em condições também, de passados uns meses, poderem reforçar aqueles subsídios, acrescentando novamente que, na sua opinião, não chegava, nem estava nas suas mãos.

Sr.<sup>a</sup> Vereadora Filomena Ventura – Repetindo o que já havia dito na reunião em curso, que não tinha competência, mas solicitou a partilha do que tinha vivido, nomeadamente, para além de tudo aquilo que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes tinha mencionado na sua intervenção, todos os Vereadores teriam que se preocupar rapidamente com o que se chamava, solicitando que não lhe levassem a mal o que iria dizer, a necessidade envergonhada.

Acrescentou que já tinha vivido profissionalmente aquela situação na década de 80, no concelho da Moita, onde residia desde 1975 e no concelho vizinho, onde trabalhava, no Montijo, e o drama a que todos tinham de estar atentos, não só os Vereadores, que tinham a responsabilidade de serviço público, mas todos, na sua intervenção de cidadania, tinham de estar atentos às famílias, que repentinamente ficaram sem capacidade de conseguirem colocar o que se chamava diariamente, a comida na mesa, e cujos rendimentos económicos, como era do conhecimento do Sr. Vereador Luís Nascimento, mas quem tinha pelouro atribuído ou competências saberia dizer, todos os auxílios passavam ou estavam anexados aos indicadores do IRS, e, na sua opinião, teriam brevemente, no pós pandemia, situações a que teriam de estar atentos, enquanto seres humanos que olhavam para os outros seres humanos, de famílias que no ano civil tiveram condições de rendimento, e que no momento atual ficaram sem nada. Já tinham passado, naquele mandato, logo no início, situações de famílias complicadas, que recorreram, lembrando-se de terem abordado numa das primeiras reuniões, por acaso privadas, de pedidos de socorro feitos à Câmara Municipal, portanto, não eram só as instituições, a realidade que o Sr. Vereador Luís Nascimento tinha tomado contato naquele dia, mas que eventualmente por circunstâncias da sua profissão, via há 38 anos.

Considerou muito bem, mas que todos tinham de ter a consciência que, para além do serviço público, tinham o dever de cidadania de terem atenção à dignidade do outro.

Agradeceu ao Sr. Vice-Presidente e à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes, sendo a sua intervenção para reforçar, por parecer que andavam esquecidos, dando como exemplo, que no dia anterior, o número de inscrições no Centro de Emprego aumentara cerca de 25%, portanto todos tinham de perceber o que iria suceder quando se comesse a desconfinar.

Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes – Corroborou a veracidade daquilo que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Filomena Ventura tinha referido, dando como exemplo, na atualidade, na questão das famílias, através das escolas conseguiam na sua competência enquanto Câmara Municipal agilizar, lembrando que, no início do ano, aprovavam uma proposta, que normalmente submetia, referente à ação social escolar, que continha um item que lhes dava a possibilidade de administrativamente poderem ponderar situações anormais, que cada vez mais iam sendo, infelizmente normais, nomeadamente, a situação de um aluno cujos pais foram despedidos, ficaram sem emprego ou tinham um emprego precário e a empresa deixou de existir, a forma legal seria através do IRS do ano anterior; se ficassem à espera daquela agilização, a pessoa nunca mais comeria, o aluno não comeria no dia seguinte, naturalmente no dia seguinte não existiria ninguém dos Serviços que não desse informação à empresa para fornecer a refeição, mas tinha de ser com base num relatório, que muitas vezes solicitavam aos srs. professores que efetuassem, com fundamentos que não eram objetivos do ponto de vista do papel, mas que eram objetivos do ponto de vista daquilo que sucedia à frente deles, e efetivamente sucedia.

Voltando a exemplificar, no momento, devido à questão de a entrega dos computadores estar indexada à ação social escolar, escalão A e B, existiam muitas famílias, que possivelmente por vergonha não acionaram a ação social escolar, por via da comida, possivelmente por vergonha, existindo subitamente imensos pedidos e até com o IRS a comprovar. Os que não tinham IRS a comprovar, esperavam que o Ministério da Educação tivesse a agilidade necessária, para que as crianças não ficassem impossibilitadas de ter os materiais necessários, para poderem cumprir o acompanhamento das aulas à distância, que não sendo aquele que gostariam, porque não era o mesmo.

Tinham conhecimento da existência, exatamente através das escolas, que cada vez mais apareciam aquele tipo de situações, sendo uma verdade, no entanto, que há 40 anos que tinham pessoas a viver muito mal, com 40 anos de democracia e os Governos ainda não tinham solucionado o problema, existindo cada vez mais pobreza.

Não havendo mais intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

O Sr. Vereador Miguel Canudo não votou a atribuição à Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros, por pertencer aos Órgãos Sociais da mesma.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pela Sr. Vereador Miguel Canudo.

## 2. ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA BAIXA DA BANHEIRA – TRANSVERSAIS À RUA VILLE PLAISIR RUAS: DO TRABALHADOR; POETA BOCAGE; ALEXANDRE HERCULANO E LUÍS DE CAMÕES

“A rua do Trabalhador está inserida numa zona residencial, com algum comércio, incluindo uma coletividade.

Atualmente, o trânsito nesta via circula nos dois sentidos e o estacionamento autorizado é insuficiente para os moradores. Logo, os automobilistas tendem a parcar as suas viaturas em infração ao Código da Estrada, prejudicando muitas vezes a circulação rodoviária e pedonal, pondo em causa a segurança de quem frequenta a rua do Trabalhador.

De forma a melhorar a situação anteriormente descrita, proponho:

- a alteração da circulação rodoviária da rua do Trabalhador para sentido único, passando este a ser efetuado apenas com entrada a partir da rua Ville Plaisir. Com esta alteração, será permitido o estacionamento ao longo de todo o lado direito da rua do Trabalhador;
- a manutenção da circulação rodoviária na rua Luís de Camões e na rua Alexandre Herculano;
- a inversão do sentido da circulação na Rua Poeta Bocage, ficando com a entrada pela rua Ville Plaisir.

Prevê-se que a implementação da presente alteração do trânsito e respetiva sinalização, ocorra no prazo de 15 dias úteis após a aprovação em reunião de Câmara.

A presente alteração de trânsito teve parecer favorável da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira e da PSP.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, havendo as seguintes intervenções:

Sr.<sup>a</sup> Vereadora Filomena Ventura – Questionou, quanto à monitorização das alterações de trânsito, porque tinha memória e recordava-se do debate que tiveram numa reunião, sobre a alteração do trânsito no Alto de São Sebastião, no sentido do Rosário para o Alto de São Sebastião, tendo referido que o Sr. Vereador Miguel Canudo falara de uma monitorização, ou seja, uma reavaliação passados seis meses, mas mantinham a abertura suficiente para ouvirem quem estivesse a viver a situação e não teriam a data limite de seis meses.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Clarificou que, se passado um mês se justificasse ou existissem problemas, se veria que alterações deveriam efetuar.

Não havendo mais intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Vice-Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram dezassete horas e vinte minutos. E eu, Paula Graça, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Vice-Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas encontram-se devidamente gravadas em formato digital (CD), ficando os mesmos a fazer parte integrante desta ata.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA